



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.109, DE 2023**

**(Da Sra. Dayany Bittencourt)**

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), permitindo aos advogados o direito de posse e porte de armas de fogo para defesa pessoal.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-343/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
**(Da Sra. Dayany Bittencourt)**

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), permitindo aos advogados o direito de posse e porte de armas de fogo para defesa pessoal.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), permitindo aos advogados o direito de posse e porte de armas de fogo para defesa pessoal.

**Art. 2º** A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 7º .....

.....

*XXII – adquirir, possuir e portar armas de fogo para defesa pessoal, em todo território nacional.*

.....

*§ 17º O direito previsto no inciso XXII deste artigo equipara-se para todos os fins legais ao direito dos magistrados e membros do Ministério Público de possuir, adquirir e portar armas de fogo para*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

*defesa pessoal, em todo território nacional, conforme art. 33, inc. V, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 e art. 42 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, respectivamente.” (NR)*

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Lei tem o objetivo de garantir aos advogados o direito de possuir, adquirir e portar armas de fogo para defesa pessoal em todo o território nacional. A proposta visa a equiparar esse direito ao já concedido aos Magistrados e membros do Ministério Público, tendo em vista os crescentes casos de ameaças, agressões e até homicídios direcionados a advogados durante o exercício de suas funções.

Os advogados, por natureza de sua profissão, muitas vezes se veem envolvidos em situações de alta tensão, disputas acirradas e litígios sensíveis. Infelizmente, esta exposição pode resultar em ameaças e violência direcionadas a estes profissionais e, também, às suas famílias. A estatística crescente de incidentes dessa natureza evidencia a necessidade urgente de medidas para proteger a integridade desses agentes do direito<sup>1</sup>.

A proposta de conceder aos advogados o direito de portar armas de fogo para defesa pessoal busca equipará-los aos magistrados e membros do Ministério Público, cuja legislação já

1 Número de advogados assassinados ou ameaçados dispara no Brasil, disponível em: <https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/numero-de-advogados-assassinados-ou-ameacados-dispara-no-brasil-17112022>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

contempla tal prerrogativa. Esta medida se alinha à necessidade de igualdade de condições para todos os profissionais envolvidos no sistema judicial, garantindo a todos os meios eficazes de autodefesa.

O exercício da advocacia é vital para a manutenção do Estado Democrático de Direito. No entanto, a segurança pessoal dos advogados é muitas vezes colocada em risco no desempenho de suas funções. Ao garantir o direito de portar armas de fogo, busca-se proporcionar a estes profissionais a segurança necessária para que possam atuar livremente, sem receios de ameaças ou agressões.

A proposta encontra respaldo em dispositivos legais já existentes que conferem o direito de posse e porte de armas aos magistrados e membros do Ministério Público. Ao estender esse direito aos advogados, reforça-se a coesão e equidade dentro do sistema judicial, reconhecendo a importância destes profissionais na administração da justiça.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, alude:

*Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.*

Nesse sentido, a proposição visa principalmente proteger a vida e a integridade física dos advogados, resguardando seu direito fundamental à segurança pessoal. Permitir que estes profissionais possuam meios eficazes de autodefesa é um dever do Estado na proteção dos direitos básicos de seus cidadãos.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

Diante dos riscos crescentes enfrentados pelos advogados no exercício de suas funções, a proposição deste Projeto de Lei se torna crucial. Conferir a estes profissionais o direito legítimo de possuir, adquirir e portar armas de fogo para defesa pessoal não apenas protege suas vidas, mas também fortalece o sistema jurídico, contribuindo para a manutenção da ordem e do Estado Democrático de Direito.

Assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a necessária discussão, eventual adequação e a rápida aprovação deste projeto de lei.

Gabinete Parlamentar, em 19 de dezembro de 2023.

**DEP. DAYANY BITTENCOURT**  
**(UNIÃO/CE)**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei%3A1994-07-04%3B8906">https://normas.leg.br/?urn=urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei%3A1994-07-04%3B8906</a>
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei.complementar%3A1979-03-14%3B35">https://normas.leg.br/?urn=urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei.complementar%3A1979-03-14%3B35</a>
<b>LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei%3A1993-02-12%3B8625">https://normas.leg.br/?urn=urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei%3A1993-02-12%3B8625</a>

**FIM DO DOCUMENTO**